

SOBRE HOMENS, CAVALOS E CORAÇÕES SELVAGENS: A “CIVILIZAÇÃO” E A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA IDENTIDADE DOS ESTADOS UNIDOS NA GUERRA DO IRAQUE

Diego Santos Vieira de Jesus
E-mail: dsvj@puc-rio.br

Resumo: O objetivo é examinar como os conceitos de “civilização” e de masculinidade hegemônica atuaram no processo de construção da identidade norte-americana por ocasião da guerra do Iraque de 2003. O argumento central é o de que ambos os conceitos operaram como mecanismos discursivos historicamente contingentes que localizaram espaço-temporalmente a diferença para a preservação da integridade do Eu e o seu autoconhecimento na relação com seu próprio entendimento do que a objetividade deve ser. No caso da guerra do Iraque, a consolidação das noções de progresso e “bom governo” no conceito de “civilização”, em contraposição à “barbárie”, à “selvageria”, à “tirania” e ao “radicalismo” de “Estados-pária”, como o Iraque, resultou da necessidade de fortalecimento da coesão da identidade norte-americana. Legitimou-se, assim, a intervenção visando à proteção de cidadãos em relação a governos opressores. A masculinidade hegemônica ligada à violência e ao heroísmo – personificada na imagem de força e de bravura do *cowboy* – operou interativamente em tal conceito, simbolizando o poder da “civilização” contra forças “selvagens” e “fora da lei” que trariam desordem. Representações alternativas à masculinidade hegemônica personificada na imagem do *cowboy* – como as masculinidades europeias baseadas na diplomacia e na moderação – foram depreciadas e associadas à fraqueza e à feminilidade.

Palavras-chave: Estados Unidos; guerra do Iraque; civilização; masculinidade hegemônica.

Abstract: The main purpose is to examine how the concepts of “civilization” and hegemonic masculinity worked in the construction of American identity during the 2003 Iraq War. The central argument is that both concepts operated as historically contingent discursive mechanisms that located space-temporally difference in order to preserve the integrity of self and its self-awareness in relation to its own understanding of what objectivity should be. In the case of the Iraq war, the consolidation of notions of

progress and “good government” in the concept of “civilization” against the “barbarism”, “savagery”, “tyranny” and “radicalism” of “rogue states” like Iraq came from the need to strengthen the cohesion of American identity. Intervention aimed at protecting citizens against oppressive governments was legitimized. The hegemonic masculinity connected to violence and heroism – personified in the image of strength and bravery of the “cowboy” – operated interactively with such a concept representing the power of “civilization” against “wild” and “outlaw” forces that would bring disorder. Alternative representations to hegemonic masculinity personified in the image of “cowboy” – such as European masculinities based on diplomacy and moderation – were devalued and associated with weakness and femininity.

Keywords: United States; Iraq war; civilization; hegemonic masculinity.

Depois da primeira Guerra do Golfo no início da década de 1990, o Conselho de Segurança das Nações Unidas manteve as sanções econômicas ao Iraque, estabelecendo uma zona de proteção aos curdos no norte e aos xiitas no sul. Também estabeleceu inspeções internacionais de armas com o intuito de impedir que Saddam Hussein reconstruísse seus arsenais de armas de destruição em massa. O então presidente norte-americano Bill Clinton tentou conter Saddam Hussein com uma mistura de sanções e de inspeções de armas, mas concluiu que, mais cedo ou mais tarde, o presidente iraquiano deveria deixar o poder a fim de construir a estabilidade na região. A administração de George W. Bush assumiu a causa, especialmente pós-11 de setembro, afirmando que o regime de Saddam Hussein tinha um histórico de ataque aos seus vizinhos, usava armas químicas, apoiava grupos terroristas, desafiava as resoluções do Conselho de Segurança e buscava adquirir armas nucleares. O Iraque compunha, junto ao Irã e à Coreia do Norte, o que Bush chamou em 2002 de “Eixo do Mal”. Tais Estados lembravam, segundo Foerster (2002, p.50), que normas de conduta internacional não eram suficientes para conter o comportamento ilegítimo e indesejado.

A Operação Liberdade para o Iraque retirou Saddam Hussein e seu regime ba'athista do poder em 2003, e, desde então, o país tornou-se campo de batalha na guerra global contra o terrorismo. Antigos apoiadores do regime de Saddam Hussein, que conduziam ataques às forças da coalizão, aliaram-se tática e operacionalmente aos guerrilheiros estrangeiros e aos extremistas islâmicos, como alguns ligados ao Ansar-al-Islam e à al-Qaeda. Demonstrava-se, assim, a linha cada vez mais sutil entre insurgência e terrorismo, e ataques a civis eram cada vez mais comuns. A administração Bush acreditou que poderia invadir o Iraque sem consentimento amplo, porque esperava uma repetição da experiência afegã: a resistência militar logo se evaporaria, e se construiria uma coalizão vitoriosa capaz de reconstruir o país. Tropas foram desdobradas para derrotar o exército iraquiano, mas não para restaurar a ordem e proteger a infraestrutura crítica. O Pentágono calculou errado o quão rápido os iraquianos veriam seus “libertadores” como “opressores”. Porém, uma década de crescimento econômico, progresso tecnológico e sucessos militares levou o governo Bush a concluir que a transformação era possível se os líderes do país estivessem comprometidos com esse objetivo (GADDIS, 2005).

Nessa guerra, noções de progresso econômico e de desenvolvimento de governos justos e eficientes foram evocadas, e a necessidade de disciplinar Estados-pária nas estruturas da “civilização moderna” permeou discurs-

sos políticos e midiáticos no momento da ação no Iraque. Simultaneamente, a ênfase na determinação e na demonstração de força pelos Estados Unidos e na bravura e na virilidade dos soldados que iam ao combate no Iraque contrastavam com a posição moderada e mais favorável à diplomacia dos Estados europeus que condenaram a ação da superpotência.

O objetivo deste ensaio é examinar como os conceitos de “civilização” e de masculinidade hegemônica atuaram no processo de construção da identidade norte-americana por ocasião da guerra do Iraque de 2003. O argumento central que procuro defender é o de que ambos os conceitos operaram como mecanismos discursivos historicamente contingentes que localizaram espaço-temporalmente a diferença para a preservação da integridade do Eu e o seu autoconhecimento na relação com seu próprio entendimento do que a objetividade deve ser. Permitiram-se, assim, a resolução de dilemas e contradições no enfrentamento de novas ameaças e a oferta de justificativas para a ação disciplinadora do Outro. No caso da guerra do Iraque, a consolidação das noções de progresso e “bom governo” no conceito de “civilização”, em contraposição à “tirania” e ao “radicalismo” de “Estados-pária”, como o Iraque, resultou da necessidade de fortalecimento da coesão da identidade norte-americana. Legitimou-se, assim, a intervenção visando à proteção de cidadãos em relação a governos opressores, e se apagou a separação entre ataque preventivo e preemptivo na doutrina Bush. A masculinidade hegemônica ligada à violência e ao heroísmo – personificada na imagem de força e de bravura do *cowboy* – operou interativamente em tal conceito, simbolizando o poder da “civilização” contra forças “selvagens” e “fora da lei” que trariam desordem. Dentro do que se entende como essa “civilização”, representações alternativas à masculinidade hegemônica personificada na imagem do *cowboy* – como as masculinidades europeias baseadas na diplomacia e na moderação – foram depreciadas e associadas à fraqueza e à feminilidade. Nas próximas duas seções, farei uma discussão sobre os conceitos de “civilização” e masculinidade hegemônica, respectivamente. Antes de tecer as considerações finais, examinarei, nas duas seções seguintes, como tais conceitos reforçaram hierarquias e promoveram a exclusão na construção da identidade norte-americana na guerra do Iraque de 2003.

A “civilização”

No século XIX, o conceito de “civilização” – entendido por John Stuart Mill como desenvolvimento material em termos de progresso econômico e tecnológico e moral na forma de “bons governos” baseados em sistemas políticos e jurídicos justos e eficientes – alicerçou a conquista imperialista de povos considerados “atrasados” e, a partir da hierarquização e da discriminação do não europeu, viabilizou a resolução da contradição entre duas estruturas legais e institucionais no nível internacional: uma ordem “europeia” voluntarista e descentralizada, assinalada pela tolerância à diferença político-cultural e pelo respeito à autoridade de Estados independentes e juridicamente semelhantes; e outra “extraeuropeia” mais centralizada, na qual operavam a divisão de soberania, o reforço dos direitos individuais sobre propriedade e a disseminação de modelos particulares de sociedade dos poderes imperialistas a sistemas político-sociais locais (KEENE, 2002, p. 5, 6, 112). A estigmatização do não europeu como “selvagem” ou “bárbaro” que deveria ser convertido ao padrão civilizacional europeu solucionou o dilema de interação com a diferença ao traduzi-la como inferioridade (WALKER, 2005, p. 2): a diversidade era objetificada e disciplinada, visando-se a preservar a coesão da identidade dos Estados europeus conquistadores.

Ainda hoje, as múltiplas transformações do conceito não conceberam sua superação como ideal regulador moderno, mesmo num contexto de reconfiguração dos contornos globais. Com o restabelecimento dos limites da vida política moderna e a desestabilização gradativa da segmentação entre o nacional e o internacional no século XXI, o espaço político onde se exerce a autoridade soberana expande-se para além do Estado, e tais fronteiras artificiais, mesmo que não permaneçam onde estavam, ainda demarcam antagonismos (WALKER, 2005, p. 1). A “política globalizada” continua a operar numa metafísica centrada na presença ou na ausência de autoridade, e noções de progresso e “bom governo” – presentes no conceito de “civilização” e defendidas pelas democracias liberais – são difundidas em contraposição a filosofias de grupos radicais e regimes não liberais compreendidos como “párias”, que necessitam ser submetidos à domesticação nas estruturas modernas de autoridade a fim de se preservar a estabilidade do sistema internacional no qual potências como os Estados Unidos exercem seu poder.

O conceito de “civilização” foi situado no centro interpretativo soberano e adaptado em circunstâncias espaço-temporais específicas a fim de hierarquizar comunidades distintas. Com interpretações lineares do tem-

po e setorizações da diversidade “fora das fronteiras”, a diferença foi alocada em posições inferiores numa escala universal de desenvolvimento de acordo com o nível de aproximação da organização político-social “civilizada”. Viabiliza-se, assim, a consolidação da identificação ao se autorizar a segregação dos *outsiders*. Estigmatizando a diversidade, a estabilidade soberana é preservada, e a violência é legitimada em formas múltiplas de se lidar com a diferença. Elementos do antigo conceito de civilização como as noções de progresso e “bom governo” permanecem intactos no século XXI, e tal conceito mostra-se plástico a ponto de incorporar a condenação à proliferação de armas de destruição em massa e reforçar o repúdio a atividades terroristas, por exemplo. Essa flexibilidade garante sua resistência, permitindo que a civilização continue com o objetivo a ser atingido por toda a humanidade, mesmo diante de transformações globais constantes. Na dinâmica de exclusão sistemática da diferença, as noções civilizadoras são posicionadas como um ideal de organização social e, preservados seus elementos centrais de progresso socioeconômico e “bom governo”, podem ser adaptadas de acordo com as particularidades de cada local e momento, com o objetivo de dar efeito a hierarquias que localizam espaço-temporalmente a diferença e garantem a estabilidade e a integridade da identidade dominante. Concomitantemente a tal processo, formas não modernas de produção de subjetividade são isoladas a fim de permitir que a identidade dos povos “civilizados” modernos revigore seu autoconhecimento e fortaleça sua unidade na relação com seu próprio entendimento do que a diferença objetificada deve ser.

Os efeitos desse procedimento duplamente excludente são o desenvolvimento de uma interpretação linear da história – que acomoda as comunidades “não civilizadas” ou “pouco civilizadas” num tempo distinto das “civilizadas” – e o posicionamento da diversidade num espaço externo às fronteiras da “civilização”. Ordenada em “estágios de desenvolvimento” (JAHN, 2000, p.118-122), a diferença sociocultural – rotulada como “atrasada” e “bárbara” – é colocada em posições subalternas em escalas universais de proximidade da organização político-social “evoluída” e “civilizada”. Na prática política, o empreendimento resultante é a implementação de um projeto totalizante de assimilação progressiva nas estruturas de autoridade modernas por meio de múltiplas estratégias político-culturais, em que tais “bárbaros” e “párias” são colocados como receptáculos potenciais dos elementos culturais de sociedades “evoluídas” às quais são contrapostos a fim de garantir a estabilidade dessas comunidades “civilizadas” e do sistema internacional em que exercem seu poder. Ao se naturalizar

tal categorização, a resolução de dilemas e contradições na interação com a diferença é atingida, e justificativas para a ação civilizadora sobre essa diversidade traduzida como “inferioridade” são criadas. Aqui se torna evidente o principal ponto de contato entre as abordagens de Walker (2005) e Jahn (2000): ambas observam como se legitimam a autoridade e o uso da violência a partir de mecanismos que alicerçam relações desiguais entre comunidades distintas.

A masculinidade hegemônica

A masculinidade também tem um papel fundamental nos processos de formação, de expansão e de consolidação da ordem internacional, entendida aqui como uma série de arranjos estabelecidos entre atores no nível internacional que definem suas relações com os outros e as expectativas mútuas sobre sua interação (IKENBERRY, 2000). Abordagens feministas na teoria de Relações Internacionais como a de Zalewski e Enloe (1995) permitem observar como o discurso sobre segurança nesse processo de expansão é intensamente permeado por questões de gênero e de consolidação da masculinidade hegemônica, conceito que remete à definição de uma resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, que sustenta a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres (RIBEIRO; SIQUEIRA, 2007). Nesse processo, aquilo que é associado à feminilidade, como as emoções individuais, é desvalorizado nas formas de pensamento dominantes; assim, o gênero age como um meio de contenção de certas formas de pensamento, de ação e de discurso, mostrando que as construções das identidades estratégicas têm o poder de inibir o que pode ser dito e pensado. Steans (1997) traz à tona a relação entre masculinidade, autoridade e violência tecnológica, que reafirma a inferioridade da experiência feminina, destroi a tradição de não violência e reforça a ligação entre militarismo e outras formas de dominação, como o sexismo. Tais formas estabelecem separações entre grupos e veem que a diferença deva ser subjugada ou eliminada.

A globalização pode ser vista como um conjunto de processos que modificaram a forma espacial de organização humana para padrões transcontinentais e inter-regionais de atividade, de interação e de exercício de poder. Tal conjunto não é uma condição singular ou um processo linear; em vez disso, deve ser concebido como um fenômeno multidimensional que envolve domínios de atividades e de interação que incluem a esfera econô-

mica, a política, a tecnológica, a militar, a legal, a cultural e a ambiental, com diferentes modelos de relacionamento (HELD; MCGREW, 2000). No contexto de expansão da globalização, observa-se uma desestabilização crescente da ideia de masculinidade hegemônica no Ocidente. Nesse contexto de redefinição da masculinidade ocidental, as perspectivas da masculinidade hegemônica organizadas em torno do heroísmo da violência foram perdendo espaço em diversas sociedades ocidentais após a Segunda Guerra Mundial, de forma a serem substituídas por noções ligadas à racionalidade tecnocrática, à meritocracia burguesa, à competitividade e à confiança num mundo corporativo, inseridas na expansão do liberalismo após a década de 1970. Além disso, a feminização da força de trabalho – que, em diversos Estados, minou a autoridade masculina na família e reduziu o valor de atributos masculinos hegemônicos no mercado (CONNELL, 1995) – e o fortalecimento dos movimentos feminista e LGBT também estimularam transformações na representação da masculinidade hegemônica.

Como ressaltam Ribeiro e Siqueira (2007), novas representações na forma de masculinidades subalternas ocidentais – observadas, por exemplo, em indivíduos do sexo masculino que se mostram pouco vinculados às práticas e discursos considerados próprios aos homens de uma dada sociedade – vêm sendo disseminadas no processo de globalização. Porém, Kimmel (1997) lembra que os significados da masculinidade não são fixos ou dados e assumem um caráter contextual, podendo variar de acordo com a cultura e ao longo do tempo para cada ser humano. Ao trazermos a discussão em foco para as relações internacionais, as múltiplas transformações do conceito de masculinidade – bem como outros conceitos ligados ao aparato de exclusão e de marginalização da diferença no nível internacional – não necessariamente consideraram sua superação como ideal regulador moderno, mesmo num contexto de reconfiguração dos contornos globais. Como veremos mais adiante, diferentes significados de masculinidade podem ser mobilizados a fim de perpetuar a exclusão e reforçar dicotomias, em especial feminilizando a diferença a fim de depreciá-la e de reforçar a coesão e a integridade da identidade de determinado ator ou grupo.

Além disso, a partir da ideia de Kimmel (1997) acerca da plasticidade dos significados de masculinidade, podemos conceber que a masculinidade hegemônica ligada à violência e ao sentido de heroísmo não necessariamente é solapada com o desenvolvimento de uma concepção liberal de sociedade e com a difusão de masculinidades subalternas com a própria globalização neoliberal. Agathangelou e Ling (2004, p.519-521) ressaltam que os discursos – inclusive os que giram em torno da masculinidade he-

gemônica – normalizam a violência a fim de sustentar determinadas hierarquias, sendo a militarização globalizada um exemplo desse tipo de iniciativa. Os desejos nacionais por segurança transnacionalizam a insegurança e a violência – ligadas à masculinidade hegemônica, primordialmente –, visando à garantia das condições de possibilidade para a satisfação de tais desejos e à proteção de seus objetos, que, no contexto da guerra contra as novas ameaças no sistema internacional, pode representar, por exemplo, a forma capitalista e democrática de vida. A exploração da violência – associada às formas dominantes de masculinidade, predominantemente – funciona para a fixação de identidades coletivas, a constituição de um projeto político comum e a negação de oportunidades para a transformação das relações com a diferença. Em tal processo, a identidade nacional precisa se defender contra a “barbárie” e a “selvageria” personificada pelo Outro; assim, a militarização globalizada é o imperativo moral na busca de seus desejos de segurança.

Ademais, a ordem neoliberal, consolidada a partir da preservação da segurança, pode ser pautada também numa política de heteronormatividade, intimamente ligada à masculinidade hegemônica na relação entre gênero e sexualidade. A reprodução heteronormativa das identidades permite a manutenção de uma visão neoliberal específica da atividade econômica, que é simultaneamente masculinizada e etnocêntrica, e normaliza a heterossexualidade como universal. Tal procedimento faz com que corpos funcionem por meio de fronteiras discursivas heterossexualizadas que são essencializadas e não problematizadas, de forma a marginalizar e apagar a discussão sobre sexualidade e categorias de gênero da agenda do discurso econômico (GRIFFIN, 2007, p.221). O autor argumenta que o discurso neoliberal – que, na verdade, é historicamente condicionado e orientado pelo poder – monopoliza o senso comum e regula as identidades com pressuposições não questionadas sobre entendimentos específicos de “democracia”, “liberdade” e “autodeterminação”. Assim, restringe opções e comunica “fatos universais” em escala nacional e global como um “senso comum”. A sedimentação de categorias discursivas é visível na própria construção das noções de “sexualidade” e “gênero”. As relações hierárquicas de gênero são reproduzidas a partir do mecanismo da heteronormatividade, que faz com que a heterossexualidade seja vista não somente como coerente, mas como privilegiada. Simultaneamente, a heterossexualidade é reproduzida e mantida por meio de um discurso restritivo de gênero que insiste na dualidade entre “masculino” e “feminino”. As oposições relegam em segundo plano outras expressões da própria

masculinidade, e a “matriz heterossexual” na construção do *homo economicus* é mantida. O neoliberalismo define-se, assim, como uma constelação de práticas discursivas que dispersa o privilégio da heterossexualidade como uma forma tácita – porém central – de organização do aparato social numa economia hegemônica significativa do masculino, que transforma o corpo num recurso global produtor de lucros e que faz com que as identidades de gênero que orientam o comércio, o lucro e a produção pareçam surgir naturalmente (GRIFFIN, 2007, p. 222-225, 235).

A “civilização” na guerra do Iraque

Em face da necessidade de disciplinar organizações terroristas e Estados que as patrocinam e supostamente buscam desenvolver armas de destruição em massa, o maleável conceito de “civilização” reafirma a defesa de avanço socioeconômico, “bom governo” e direitos humanos e se adapta fortalecendo valores democráticos e o repúdio ao terrorismo e incorporando o combate à proliferação de tais sistemas num contexto de redefinição dos limites da vida política nas formas do “global” e do “imperial”. O transbordamento do espaço político no qual se exerce a autoridade soberana para além das fronteiras do Estado provocou a desestabilização da demarcação entre as esferas doméstica e internacional; todavia, tal transformação de fronteiras não pressupôs a sua superação enquanto ideal regulador: os limites artificialmente determinados mostram-se flexíveis a ponto de ainda definirem a autoridade sobre o espaço e traçarem antagonismos, mesmo que essas fronteiras não permaneçam onde estavam até então. O discurso moderno restringe a percepção de que, mesmo que haja o engajamento com a diversidade além das fronteiras nacionais, continuam a ser reproduzidas práticas de diferenciação e segmentação, particularmente abalizadas nas versões adaptadas dos referenciais civilizacionais (WALKER, 2005, p.6).

O transbordamento global do espaço político norte-americano após o fim da Guerra Fria é a manifestação mais explícita da desestabilização da fronteira entre a esfera doméstica e a internacional e de reconfiguração de limites. Em face da permanência das práticas de diferenciação nesse processo expansivo, a adoção de uma definição flexível de “segurança interna” (*homelandsecurity*) – que pressupõe a cessação de direitos e a possibilidade de intervenção em focos de tensão ao redor do planeta – justifica-se pela necessidade de defesa da integridade norte-americana no exercício de sua

autoridade sobre o espaço global em contraposição a sistemas políticos não liberais, que, na visão norte-americana, representam ameaças à estabilidade da ordem internacional. Embora a extinção da ordem bipolar tenha conferido à superpotência vitoriosa autorização para redefinir as fronteiras do Internacional e aparentemente cedido espaço a uma ordem internacional mais “benigna” imediatamente após o esfacelamento da União Soviética, novas polarizações emergem. Particularmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 – caracterizados pelas lideranças norte-americanas como “um ataque à civilização pelos bárbaros” (BOWDEN, 2002, p.14) –, o combate a novas ameaças desponta no contexto estratégico deste início de século trazendo ideais reguladores como a luta contra atores não estatais desestabilizadores da ordem que não são limitados pelas normas internacionais, como as organizações terroristas, e a reprovação das ações de Estados que desafiam regimes de segurança universal, em especial os de não proliferação de armas de destruição em massa.

Na visão da administração Bush, Estados-pária como a Coréia do Norte, o Irã e o Iraque durante o governo de Saddam Hussein – rotulados pelo presidente norte-americano em 2002 como componentes de um “Eixo do Mal” – ¹ não poderiam, ao contrário da União Soviética, ser detidos apenas sob a ameaça de retaliação nuclear. Além da percepção de que as lideranças desses países estariam mais determinadas a aceitar riscos, mesmo se tais apostas envolverem o sacrifício da vida de suas populações e a riqueza de suas nações, os membros do Executivo norte-americano veem que os alicerces do sucesso de iniciativas passadas – um vocabulário diplomático mutuamente compreendido e canais de comunicação permanentes – são de difícil estabelecimento com Estados-pária, ampliando as probabilidades de erros de cálculo e interpretação e mal-entendidos, e que tais adversários potenciais esperam que a aquisição de armas de destruição em massa e sistemas de lançamento detenha uma possível intervenção norte-americana no caso de conflitos regionais. De acordo com a Inteligência dos Estados Unidos, os líderes desses países entendem tais armas como ferramentas de “coerção, terror, chantagem e agressão”, além de as considerarem símbolos de poder e prestígio. Sob tais condições, haveria menos limitação contra o emprego desses sistemas (KARTCHNER, 2002, p. 274, 275).

¹ Ao buscar secretamente capacidades de reprocessamento e de enriquecimento de urânio, a Coréia do Norte foi acusada de violar as salvaguardas e as obrigações sob o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) antes de anunciar sua intenção de denunciá-lo em 2003. O Irã deixou clara sua determinação em manter a infraestrutura de enriquecimento de urânio, construída secretamente em violação às salvaguardas do TNP. Já o Iraque violara tanto o TNP como a Convenção sobre Armas Biológicas, como demonstraram os inspetores das Nações Unidas após a primeira Guerra do Golfo.

Ao questionar a eficácia das instituições norte-americanas e os valores de sua sociedade e desafiar globalmente a autoridade exercida pela superpotência num espaço político ampliado, a diversidade representada por Estados-pária é traduzida como uma ameaça a uma identidade “civilizada”, um “perigo” que surge de espaços externos categorizados como “selvagens” e “atrasados”. Nesse contexto, o fortalecimento das noções de progresso e defesa dos direitos humanos no conceito de “civilização”, a condenação cada vez mais explícita às ações terroristas e a incorporação do repúdio à proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas re- vigoram a contraposição entre os princípios liberais e democráticos que caracterizam a sociedade norte-americana, bem como as filosofias autoritárias e radicais de Estados-pária e grupos terroristas. O entendimento dessas “ameaças” como a negação da identidade soberana “civilizada” dos Estados Unidos cumpre a dupla função de fortalecimento da integridade norte-americana e de marginalização de formas alternativas à “civilizada” quanto à produção de subjetividade.

Segundo o ex-secretário de Defesa, Donald Rumsfeld (2001), fronteiras e sociedades abertas facilitavam ataques terroristas, e a posse de armas de destruição em massa por Estados-pária visava não somente à autodefesa, mas à coação e à intimidação. Por investirem na busca desses sistemas em vez de proverem suas populações de assistência básica, os governos de tais Estados – que, segundo Rumsfeld, sentiam-se motivados a manter a população norte-americana e as de seus aliados como “reféns do terror e da chantagem” – eram rotulados como “perigosos”, “erráticos” e “cruéis”. Membros da administração Bush reiteravam que essas lideranças revelavam descaso com suas populações, vistas pelos norte-americanos como “reféns de seus próprios governantes”. Em nome da “defesa da liberdade” e dos cidadãos “vítimas” de seus governos “tirânicos” e “opressores”, legitimava-se a violência para garantir a proteção das populações e instituições dos Estados Unidos e de seus aliados.

A não aquiescência do Iraque às resoluções passadas das Nações Unidas sobre desarmamento, suas supostas ligações com organizações terroristas como a al-Qaeda e a natureza opressora da liderança política ampliavam as suspeitas sobre as reais intenções iraquianas, de forma que a remoção urgente desse governo era vista pelos norte-americanos como meio legítimo de se preservar a estabilidade no sistema. Embora não houvesse evidência de que o Iraque estava em vias de efetivação imediata de ataque às forças norte-americanas – o que justificaria uma ação *preemp-*

tiva –, a administração Bush aproveitou-se da falta de precisão da doutrina de preempção na identificação do nível de “iminência da ameaça” e conduziu uma ação *preventiva*, rotulada como *preemptiva*,² para explorar as vantagens estratégicas existentes. Com isso, visava a desprover o Iraque da capacidade de perpetrar ameaças e eliminar a sua motivação para conduzi-las por meio da mudança de regime (FREEDMAN, 2003, p.106). O vice-presidente Dick Cheney explicitou essa *rationale* já em 2002: era preciso lidar com Saddam “logo, e não depois”, pois os Estados Unidos não deveriam “deixá-lo ficar mais forte até o ponto em que nada mais poderá ser feito” (DOCKRILL, 2006, p.351).

Embora depois da derrubada do líder iraquiano se tenha verificado que a ligação entre Saddam Hussein e a al-Qaeda era obscura e que o Iraque não dispunha de armas de destruição em massa, é diluída a fronteira entre prevenção e preempção em face da autorização de novas formas de intervencionismo, baseadas na necessidade de “civilizar” Estados-pária e tolher suas intenções e capacidades potenciais. Para tal, evocam-se considerações morais e humanitárias que legitimam a ação, e, assim, aplica-se a violência para preservar a estabilidade do espaço político norte-americano em expansão. Apesar de ainda haver resistência à realização de ataques ao Irã e à Coreia do Norte pela maior probabilidade de retaliação,³ a ação militar de 2003 no Iraque permitiu a implementação ainda incipiente de uma “solução tradicional” para disciplinarem os “bárbaros”: um novo projeto de Estado soberano representativo “civilizado”, a partir do qual se possam difundir princípios liberais no Oriente Médio.

A masculinidade hegemônica na guerra do Iraque

A dicotomia “civilizados/bárbaros” operou, simultaneamente, em outras hierarquias baseadas em noções de gênero que atuaram no processo de constituição da identidade norte-americana. Como ressaltam Christensen e Ferree (2008, p. 287, 288), quando os símbolos de gênero são em-

² Embora os Estados Unidos classificassem a ação como “preemptiva”, tal percepção não era compartilhada por outros membros das Nações Unidas, que consideravam a ação ilegítima e apontavam a falta de evidência de “ameaça iminente” no Iraque. Porém, os defensores da guerra negam veementemente que as Nações Unidas sejam a única fonte de legitimidade: os próprios Estados Unidos seriam um agente legítimo da sociedade internacional. Grande parte da comunidade internacional sancionou ação similar quando a Otan bombardeou Kosovo sem a autorização das Nações Unidas (DOCKRILL, 2006, p.364).

³ O Irã já dispõe de tecnologia de enriquecimento de urânio necessário à produção de um artefato nuclear, enquanto a Coreia do Norte, que admitira ter ambições nucleares, conduziu um teste atômico subterrâneo com sucesso em outubro de 2006. A capacidade de retaliação que tais Estados adquiriram ou vêm adquirindo justifica em parte a maior moderação da administração Bush no seu relacionamento com eles.

pregados retoricamente para enquadrar questões políticas, os indivíduos se alinham a entendimentos específicos, bem como expressam suas posições em relação a tais políticas. Na guerra no Iraque, as imagens de Bush como um corajoso *cowboy* e a Europa como “covarde” e “fraca” foram defendidas em diversos meios políticos e de comunicação, de forma a, simbolicamente, mobilizarem a noção de masculinidade hegemônica ligada à violência e ao heroísmo no contexto de justificação e de condução da ação militar dos Estados Unidos e desvalorizar a posição dos críticos a partir da feminização do continente europeu em contraposição à postura masculinizante do *cowboy* norte-americano. Na imagem do *cowboy* – dotada de força e de bravura –, observa-se a interação entre as hierarquias estabelecidas no contexto da guerra: além de representar a coragem e o sentido masculinizante de aventura ligada à cultura e ao nacionalismo norte-americano, o *cowboy* também representa o poder da “civilização” contra forças “selvagens” e “fora da lei” que trariam desordem – no imaginário norte-americano, os nativos indígenas do Oeste. Dentro do que se entende como essa “civilização”, opera simultaneamente outra dicotomia: enquanto o *cowboy* representa o lado mais rústico, independente e livre do Oeste norte-americano, a Europa aparece como o Leste hiper-refinado e educado, mas “afeminado” e frágil.

É possível identificar que, em torno de símbolos como o *cowboy*, formam-se sistemas complexos de referência que trazem significados às relações de poder (CHRISTENSEN; FERREE, 2008, p.288). A evocação da noção de gênero carrega conotações de força e fraqueza, que reforçam não apenas hierarquias entre norte-americanos “fortes e destemidos na missão de levar a civilização a outras partes do mundo” e iraquianos “bárbaros, atrasados e disfuncionais”, mas também, dentro da própria “civilização ocidental e liberal”, entre americanos “ másculos e bravos” e europeus “afeminados e covardes”. Como lembram Christensen e Ferree (2008, p.288), a decisão de usar a força militar por um Estado é uma expressão extrema de seu poder, de forma que o debate sobre a entrada e a condução de uma guerra é um fórum excelente para que conotações de gênero e poder operem simbolicamente. Assim, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, o discurso em torno não somente do terrorismo mas dos Estados-pária mostrou-se organizado em binarismos – “racional”/“irracional”, “dominador/dominado” etc. –, e as questões de gênero vieram a alimentar – e até mesmo exagerar – tais segregações como arquétipos, estruturando opções políticas e trazendo obstáculos para negociações e resolução de conflitos de valores e posições.

A defesa de uma noção dominante de masculinidade ligada à violência e ao heroísmo – presente na imagem do *cowboy* – leva à rotulação de outras masculinidades como resultados de processos de “afeminação” incompatíveis com os do grupo identificado com a masculinidade hegemônica. Tais masculinidades alternativas – como as desenvolvidas na Europa – representam desafios à masculinidade hegemônica como um padrão humano, bem como às relações institucionais que sustentam tal hegemonia. Essas diferentes concepções são, conforme lembram Christensen e Ferree (2008, p.290), manipuladas e empregadas nos círculos políticos a fim de estruturar o debate e definir vantagens a alguém. O que defendo é que, no caso da guerra do Iraque em 2003, a operação do conceito de masculinidade hegemônica ligada à violência e ao heroísmo deu-se a partir da condenação de outras masculinidades desenvolvidas não somente na Europa, mas também nos próprios Estados Unidos, que pudessem sinalizar moderação, medo, vulnerabilidade ou fraqueza ao lidar com o Iraque. A postura dura pautada na utilização da violência pela administração Bush atendia à necessidade de preservar e fortalecer a coesão e a integridade da identidade norte-americana em face do enfrentamento de ameaças externas no novo contexto internacional. Assim, representações alternativas à masculinidade hegemônica personificada na imagem do *cowboy* – como as masculinidades europeias baseadas na diplomacia e na moderação – e às narrativas de heroísmo de soldados norte-americanos nos campos de batalha foram depreciadas e associadas à fraqueza e à feminilidade, enquanto Bush e sua equipe – identificados com o heroísmo do *cowboy* – eram revestidos da responsabilidade de disciplinar aqueles que prejudicassem a estabilidade da “tradicional família norte-americana”.

Com a mobilização de apoio às medidas de segurança nacional e internacional a partir das hierarquias, concepções do que seriam um “bom homem” e um “mau homem”, bem como de uma “boa mulher” e de uma “má mulher”, são evocadas numa lógica de “proteção masculina”: um “bom homem” se arrisca para proteger seus dependentes dos “homens maus”, vistos como “crueis” e “bárbaros, enquanto as “boas mulheres” aceitam essa proteção e honram seus protetores, e as “más mulheres” desafiam e rejeitam a proteção. Nessa narrativa, enquanto terroristas e Estados-pária são associados a “maus homens”, países europeus que se opuseram à ação norte-americana no Iraque – como a França e a Alemanha – são associados às “más mulheres” e, assim, desvalorizados, desmasculinizados no sentido hegemônico como “frescos” ou “covardes” e rotulados como “ingratos” pela proteção conferida pelos Estados Unidos. A figura do *cowboy*, assim, silen-

cia masculinidades desafiantes, pois carrega consigo a dureza e a bravura, que se aventura por um “território desconhecido” com “coragem e glória”. Transcendendo tal concepção, ela ainda representa a expansão das fronteiras da “civilização” a partir da força das armas. Isso permitiu que a relação com o Iraque se tornasse ainda mais bruta e a interação com a Europa se reduzisse a um binarismo entre a masculinidade hegemônica do *cowboy* – que silenciou masculinidades alternativas até mesmo nos próprios Estados Unidos – e as suas formas alternativas ligadas ao cavalheirismo e à negociação, desenvolvidas em grande parte dos países europeus que se opuseram à guerra do Iraque. A Europa, assim, é desmasculinizada no sentido dominante do termo e representada não somente como uma “mulher”, mas uma mulher “má” e “ingrata” em um “casamento” ou um “romance”, no qual cabe ao “homem” – dotado de força e poder – a prerrogativa de tomar as decisões. É evidente que essa visão hegemônica de masculinidade como poderosa, heterossexual e decisiva foi contestada em diversas partes do mundo, inclusive por boa parte da população norte-americana. Porém, nos meios de comunicação e nos meios políticos, tais imagens ligadas à masculinidade hegemônica, vinculada à violência e ao heroísmo, tiveram papel fundamental na construção da coesão da identidade norte-americana e na perpetuação de um entendimento depreciativo da diferença, fosse o Iraque, fossem os europeus que discordaram da ação norte-americana, concebidos em esferas políticas diferenciadas e vistos como alteridade a ser disciplinada, domesticada, combatida ou simplesmente negada (CHRISTENSEN; FERREE, 2008, p.293-298, 301).

Cowboys são de Marte, europeus são de Vênus, bárbaros são de planeta nenhum: considerações finais

Para garantir a integridade de seu espaço político alargado, os Estados Unidos tentaram “civilizar” Estados-pária, em parte sob a suposição de que terroristas internacionais não poderiam sobreviver sem o apoio e a proteção de tais Estados, e territorializar o combate às novas ameaças na tentativa de circunscrever o mundo, conforme se observa na atual luta contra extremistas islâmicos associados à al-Qaeda no Iraque. O *ethos* da sobrevivência continua a conferir às comunidades políticas modernas poder e controle sobre o relacionamento com “os outros lá fora” (NOGUEIRA, 2003, p.97), independentemente de onde estejam as fronteiras. A promessa da modernidade continua intacta com o resgate da razão como mecanismo potencialmente capaz de cumprir a promessa de emancipação.

No que diz respeito especificamente ao gênero, a emergência e a difusão de masculinidades ocidentais alternativas poderiam sinalizar para um tratamento das ambiguidades geradas na interação com a diferença, reconhecendo a possibilidade da diversidade com relação aos processos de construção da masculinidade e a exploração das possíveis alternativas das “zonas de contato” psicológico e social. Entre elas, a característica mais flexível e aberta das “outras” masculinidades ocidentais, mesmo que ainda reproduza uma lógica culturalmente específica que promova a exclusão de outros entendimentos do conceito de masculinidade – como os não ocidentais –, pode viabilizar o início de um diálogo potencial para a elucidação mútua de culturas e das relações de gênero. O reconhecimento dessa diversidade e o compartilhamento de experiências e de críticas à exclusão, promovida por tais relações de poder orientadas pelas masculinidades ocidentais dominantes no passado e no presente, podem permitir a autorreflexão e a conversação entre tradições que buscam responder à opressão no processo de constituição das masculinidades. São recuperadas vozes recessivas na interpretação do contexto histórico, o que permite aos ocidentais a reimaginação de suas próprias comunidades políticas, a partir do repensar do papel das masculinidades e das questões de gênero na construção do tecido social.

Referências

AGATHANGELOU, A.M.; LING, L.H.M. Power, borders, security, wealth: lessons of violence and desire from September 11. *International Studies Quarterly*, n.48, p. 517-538, 2004.

BOWDEN, B. Globalisation and the shifting “Standard of Civilization” in international society. In: JUBILEE CONFERENCE OF THE AUSTRALASIAN POLITICAL STUDIES ASSOCIATION, 2002. Australian National University, Oct. 2002.

CHRISTENSEN, W.M.; FERREE, M.M. *Cowboy of the world?: gender discourse and the Iraq war debate. Qualitative Sociology*, n.31, p. 287-306, 2008.

CONNELL, R.W. *Masculinities*. Polity Press, 1995.

DOCKRILL, S.R. Dealing with fear: implementing the Bush doctrine of preemptive attack. *Politics & Policy*, v.34, n.2, p.344-373, 2006.

FOERSTER, S. The changing international context. In: LARSEN, J. (Ed.). *Arms control: cooperative security in a changing environment*. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p.41-54.

FREEDMAN, L. Prevention, not preemption. *The Washington Quarterly*, v.26, n.2, p.105-114, primavera 2003.

GADDIS, J.L. Grand strategy in the second term. *Foreign Affairs*, v.84, n.1, jan./fev.2005.

GRIFFIN, P. Sexing the economy in a neo-liberal world order: neo-liberal discourse and the (re)production of heteronormative heterosexuality. *British Journal of Politics & International Relations*, v.9, n. 2, p. 220-238, 2007.

HALL, R.B. *National collective identity: social constructs and international systems*. Nova York: Columbia University Press, 1999.

HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

IKENBERRY, G.J. Varieties of order: balance of power, hegemonic, and constitutional. In: _____. *After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press, 2000. p.21-49.

JAHN, B. *The cultural construction of international relations: the invention of the state of nature*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; Nova York, Palgrave, 2000.

KARTCHNER, K.M. The future of the offense-defense relationship. In: LARSEN, J. (Ed.) *Arms control: cooperative security in a changing environment*. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p.271-289.

KEENE, E. *Beyond the anarchical society: Grotius, colonialism and order in world politics*. Cambridge, Nova York: Cambridge University Press, 2002.

KIMBALL, D.G.; KUCIA, C. New nuclear policies, new weapons, new dangers. *ArmsControlToday*, v.33, n. 3, Apr. 2003. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/newnuclearweaponsissuebrief.asp>>. Acesso em: 24 jul. 2004.

KIMMEL, M.S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, T.; OLIVARIA, J. (Eds.). *Masculinidade/s: poder y crisis*. Santiago, Chile: Isis Ediciones de las mujeres/FRACSO, 1997. p.49-62.

NOGUEIRA, J.P. Ética e violência na Teoria de Relações Internacionais: uma reflexão a partir do 11 de setembro. *Contexto Internacional*, v.25, n.1, p.81-102, jan./jun.2003.

RIBEIRO, C.R.; SIQUEIRA, V.H.F. O novo homem na mídia: ressignificações por homens docentes. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 15, n. 1, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez. 2009.

RUMSFELD, D. US Defense Secretary Rumsfeld congressional testimony. *DisarmamentDiplomacy*, n.58, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.acronym.org.uk/dd/dd58/58docs5.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2004.

STEANS, J. *Gender and international relations: an introduction*. Polity Press, 1997.

WALKER, R.B.J. The doubled outsides of the Modern International. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIVERSITY IN ORGANIZATIONS, COMMUNITIES AND NATIONS, 5., 2005.C.a.N. Fifth International Conference on Diversity in Organizations. Beijing, 2005.

ZALEWSKI, M.; ENLOE, C. Questions about identity in International Relations. In: BOOTH, K.; SMITH, S. (Orgs). *International Relations Theory Today*. University Park: The Pennsylvania University Press, 1995.